



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ACESSO E PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM UM COLÉGIO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA

Edvânia Fernandes Fogaça Teixeira¹

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Jaine Angélica Rodrigues²

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Joelma Oliveira Farias³

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Viviane Ferreira Souza⁴

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Resumo: O presente texto situa-se no âmbito da deficiência visual e as perspectivas de inclusão presentes em uma Escola Estadual do Município de Guanambi-Ba, que tem por objetivo principal, analisar e discutir acerca do acesso e permanência dos educandos que se encontram nessas condições dentro da escola; a seguir será abordado e apresentado o conceito de deficiência visual. Para a execução desta pesquisa foi utilizada uma pesquisa de campo, para uma melhor compreensão de como essa inclusão realmente acontece na referida escola; utilizou-se também a pesquisa em materiais bibliográficos, por meio de livros e a análise de dados. No primeiro momento é feita uma contextualização do que se entende por deficiência visual. Em seguida é feita uma relação do que é educação inclusiva e educação especial, neste momento serão abordadas também algumas metas do Plano Nacional da Educação- PNE e do Plano Municipal de Educação-PME. Posteriormente será analisado como se dá o processo de inclusão em uma escola do município de Guanambi. Por último serão analisadas e discutidas sobre qual seria a melhor perspectiva de educação que poderia realmente ser inclusiva e não de segregação ou especial; o porquê da mesma será desenvolvido pela qual será possível compreender no decorrer do texto.

Palavras-chave: Conceito. Deficiência Visual. Inclusão.

¹ Graduanda em pedagogia, UNEB; Universidade do Estado da Bahia- Brasil; Bolsista do projeto de extensão “ciranda infantil: brincando, rodopiando e aprendendo na universidade”. E-mail: edivaniateixeira12@gmail.com

² Graduanda em pedagogia, UNEB; Universidade do Estado da Bahia- Brasil; Bolsista de Iniciação a docência PIBID E-mail : angelicajaine28@hotmail.com

³ Graduanda em pedagogia, UNEB; Universidade do Estado da Bahia- Brasil; E-mail: fariasjof@gmail.com

⁴ Graduanda em pedagogia, UNEB; Universidade do Estado da Bahia- Brasil; Bolsista do projeto de extensão “alfabetização em foco”. E-mail: vs2770072@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

O objetivo de analisar e discutir o acesso e a permanência dos educandos com deficiência visual foi devido ao interesse de pesquisar por temáticas voltadas a inclusão destes educandos no âmbito escolar, pois como futuras profissionais da educação é preciso conhecer para possibilitar a inclusão destes educandos. Visto isso, nos possibilitou conhecer aspectos diários dos mesmos que necessitam de apoio nesses espaços, quais os desafios e as possibilidades envolvendo políticas públicas que lhes asseguram.

Sabe-se que a deficiência visual pode ser congênita ou por acidente e pode caracterizar em cegueira ou baixa visão. A cegueira caracteriza-se pela perda total da visão e ausência de capacidade de indicar projeção de luz; já a baixa visão vai desde a capacidade de indicar de projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que exige atendimento especializado (SANTOS; BARBOSA, 2016. p.71).

Todavia é necessário um atendimento especializado para cada condição da deficiência visual, e com isso fizemos uma pesquisa em um colégio estadual da referida cidade com o objetivo de compreender a inserção destes alunos e como se dá a inclusão.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa de campo “(...) aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar (...) (MARCONI, 2003. p.186)”.

A fundamentação teórica foi realizada a partir de leituras de livros e artigos, buscando compreender sobre o que é educação inclusiva e como se dá o processo de inclusão de deficientes visuais em um colégio da rede Estadual do município de Guanambi-Ba.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista com uma professora de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que atua numa sala multifuncional, onde atende os alunos com necessidades especiais.

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Segundo Nunes e Lomônaco:

A cegueira é uma deficiência visual, ou seja, uma limitação de uma das formas de apreensão de informações do mundo externa – a visão. Há dois tipos de deficiência visual: a cegueira e a baixa visão (2010, p.56).

Partindo desses pressupostos Santos e Barbosa diferem a cegueira e a baixa visão:

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



A cegueira é a ausência total da visão até a perda da capacidade de indicar projeção de luz. Nesse caso, utiliza-se o sistema braile como principal recurso para a leitura e escrita. A baixa visão é a condição que vai desde a capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que exige atendimento especializado. Sua aprendizagem se dará através dos meios visuais, mesmos que sejam necessários recursos especiais (2016, p.71).

Diante disso, é possível notar que existem dois tipos de deficiência visual e cada um destes exige um atendimento educacional especializado. Existem políticas educacionais que asseguram esse atendimento, listo o artigo 28, parágrafo I da lei 13.146/2015, diz que o “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado de toda a vida” (BRASIL, 2015).

Segundo a constituição do Brasil de 1988 é direito de todos e dever do Estado, garantir educação para todas as pessoas sem distinção de raça, gênero, cor e acessibilidades especiais (BRASIL, 1988). Para, além disso, é preciso também que o acesso e permanência sejam assegurados, onde todos estejam inseridos.

O Plano Nacional da Educação pretende na meta 4:

universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

Visto isso, a escola deve receber alunos com qualquer tipo de deficiência, preferencialmente no sistema regular, além disso dispor de salas multifuncionais para dar um melhor suporte ao mesmos. Já no plano municipal de educação da cidade de Guanambi/Ba que refere-se a meta 5 diz que,

5.3 Garantir o serviço de intérprete na sala de aula em todas a unidades escolares que possuem matrícula de aluno surdo, leitor e áudio descritor para os alunos cegos, e assistente de aluno, para os alunos com transtorno global do desenvolvimento, deficiência múltipla e deficiência física que tenha comprometimento nos membros inferiores e superiores concomitantemente (PME, 2015).

Em síntese a cidade busca promover metas que garantem o acesso destes educandos no âmbito escolar para que tenham assistência nestes espaços que estão incluídos.

O que difere a educação inclusiva da educação especial, é que a educação inclusiva visa inserir alunos (as) com deficiência no sistema regular de ensino, tendo como objetivo a

inclusão destas crianças no meio social, para que haja interação entre elas. Já a educação especial, assim como afirma Santos e Barbosa (2016, p.207).

Por isso que a educação especial oferecida em instituições especializadas ainda é uma realidade, embora seja uma prática polêmica e atualmente muito criticada, por excluírem as pessoas com deficiência da sociedade. O fato é que essas instituições produziram e detêm um conhecimento ímpar sobre atendimento e educação de alunos com deficiência.

A partir desses pressupostos percebe-se que a educação inclusiva é a melhor forma de garantir com que o alunado portador desta condição consiga interagir, conviver e se comunicar com as demais pessoas das mesmas condições ou em condições de visão total.

4. DISCURSÃO/RESULTADOS

Por meio da pesquisa realizada no referido colégio, foi possível compreender que o processo de inclusão destes alunos se dá através de professores especializados em cada uma das deficiências. Dispondo de salas multifuncionais para cada tipo de deficiência.

Ressaltando que o referido colégio é uma referência na região de Guanambi-Ba e municípios próximos, em questão do atendimento dessas pessoas com alguma deficiência. Os alunos deficientes são inseridos em turmas de ensino regular e no turno oposto os mesmos são atendidos pelos professores de acordo com suas especificidades.

Vale ressaltar que a escola atende alunos (as) de outras escolas que necessitam desse suporte. Assim sendo é perceptível que o método educacional ofertado pela escola é integrador, onde há uma troca de saberes e aprendizagens, tanto para o portador da deficiência em questão, quanto para os demais alunos presentes na classe.

5. CONCLUSÃO

Portanto, diante das afirmações feitas até aqui percebe-se que, a deficiência visual pode ser proveniente de vários fatores e para atender tais condições faz-se necessário a criação de leis que consigam abranger toda a comunidade de pessoas portadoras de deficiência visual.

Neste trabalho foi abordada também a questão da educação inclusiva e especial, fazendo uma ressalva maior para a primeira, pois a mesma seria a que melhor conseguiria atender as necessidades dos alunos com deficiência visual, sendo que ele não promove a exclusão do(a) aluno(a), mas sim a inserção dos mesmos dentro do âmbito escolar.

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



A escola a qual foi realizada a pesquisa possui um método de educação inclusiva, incluindo os(as) alunos(as) nas classes regulares de ensino, promovendo o convívio e a interação dos alunos que possuem algum tipo de deficiência com os demais da classe. Além disso, a escola possui salas multifuncionais para atender esses alunos no turno oposto, bem como professoras especializadas em cada uma das áreas específicas (BRAILE e LIBRAS) para atender as demandas que a escola implica. Portanto, as aulas que são realizadas nestas salas multifuncionais também recebem alunos(as) de outras instituições, visto que a referida escola é referência na região, mas segundo a professora entrevistada, infelizmente está em processo de mudança.

6. REFERÊNCIA

BRASÍLIA. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília: casa civil, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 21 out. 2019.

BRASÍLIA. **Lei nº 13.146 de 6 julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília:DF [2015]. Disponível em: http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASÍLIA, **Constituição de 1988.** Presidente da república. Brasília: DF. Art.205.

GUANAMBI, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 951, de 17 de Junho de 2015.** Institui Plano Municipal de Educação. Projeto de Lei, Guanambi, 2015.

NUNES, Sylvia. LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **O aluno surdo: preconceito e potencialidades.** SP, 2010, V. 14, nº 1, janeiro/junho.

SANTOS, Tatiane dos; BARBOSA, Regiane da Silva. **Educação inclusiva.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A. 2016. 240 p.